



4298 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT12 - Currículo

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRÁTICA A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS DE STEPHEN BALL

Ana Claudia da Silva Rodrigues - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Anne Karoline Cantalice Sena - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar as concepções de docentes da primeira fase da educação básica, sobre o estabelecimento de competências e habilidades únicas para todos os estudantes do país. Para uma melhor compreensão do fenômeno investigado, subsidiaram nossa discussão teóricos como: Macedo (2014), Akkari (2011), Ball (1992, 1994, 2008, 2012). Para Ball (1992) as propostas políticas sofrem influências durante seu processo de elaboração até a sua implementação. Dessa forma, a formação ativa dos educandos envolve arenas, desde a formulação de propostas escolares, a própria dinâmica de vida dos alunos, professores e gestores da rede de ensino. A abordagem da pesquisa escolhida foi a qualitativa, de cunho exploratório. A escolha da abordagem facilitou o entendimento sobre os processos educativos. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado. Os sujeitos investigados foram professores e coordenador de uma Escola Municipal, localizada no município de Bananeiras. A partir da conclusão da investigação destaca-se que a Base Nacional Comum Curricular não vem de encontro com as especificidades do "Contexto da Prática", por representar interesses mercadológicos.

Palavras-chave: Contexto da Prática. Propostas educacionais. BNCC.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRÁTICA A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS DE STEPHEN BALL

Resumo: O objetivo deste trabalho consistiu em analisar as concepções de docentes da primeira fase da educação básica, sobre o estabelecimento de competências e habilidades únicas para todos os estudantes do país. Para uma melhor compreensão do fenômeno investigado, subsidiaram nossa discussão teóricos como: Macedo (2014), Akkari (2011), Ball (1992, 1994, 2008, 2012). Para Ball (1992) as propostas políticas sofrem influências durante seu processo de elaboração até a sua implementação. Dessa forma, a formação ativa dos educandos envolve arenas, desde a formulação de propostas escolares, a própria dinâmica de vida dos alunos, professores e gestores da rede de ensino. A abordagem da pesquisa escolhida foi a qualitativa, de cunho exploratório. A escolha da abordagem facilitou o entendimento sobre os processos educativos. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado. Os sujeitos investigados foram professores e coordenador de uma Escola Municipal, localizada no município de Bananeiras. A partir da conclusão da investigação destaca-se que a Base Nacional Comum Curricular não vem de encontro com as especificidades do "Contexto da Prática", por representar interesses mercadológicos.

Palavras-chave: Contexto da Prática. Propostas educacionais. BNCC.

Introdução

As discussões em torno da necessidade de uma Base Nacional para a educação no Brasil se iniciam na década de 80, com a Constituição da República, com o objetivo de garantir um padrão mínimo de educação, em consequente, durante a elaboração e posterior aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9394/96, esta demanda se materializa no Art. 26 que estabelece "Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum". Durante os anos posteriores a publicação da referida lei, parâmetros e diretrizes foram estabelecidas, inclusive, na apresentação da Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, revisadas em 2013, indicam que "São estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileira". Porém, mesmo com documentos norteadores, o Ministério da Educação em 2014 nomeia um grupo de especialistas para propor uma Base Nacional Comum Curricular para o Brasil

Em 16 de setembro de 2015, foi apresentada pela Ministério da Educação a 1ª versão da proposta de uma BNCC para consulta pública até 15 de maio de 2016. Após compilação das contribuições, por uma equipe de especialistas, em 03 de maio de 2016, a segunda versão do documento foi disponibilizada para o debate através de consultas públicas, em seminários estaduais entre 23 de junho a 10 de agosto do mesmo ano. Em 2017, uma terceira versão é homologada, instituindo-se como "um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver" (BRASIL, 2017, p.7) ao longo da Educação Básica. Desse modo, torna-se de extrema relevância analisá-la, uma vez que norteará a organização dos projetos pedagógicos das instituições de ensino do país.

As questões da pesquisa consistiram em compreender como a instituição de uma Base Nacional Comum Curricular será materializada nos currículos escolares através dos projetos políticos pedagógicos. Uma vez que a BNCC estabeleceu as mesmas competências e habilidades para todos os anos nos estabelecimentos do país, os professores identificam diferenças sociais, culturais, cognitivas que podem dificultar a implementação do referido documento? Como a instituição educativa poderá minimizar as diferenças e possibilitar a

implementação da BNCC?

Tais questionamentos orientaram o estabelecimento do nosso objetivo geral que consistiu em analisar as concepções de docentes da primeira fase da educação básica, sobre o estabelecimento de competências e habilidades únicas para todas os estudantes do país.

Destaca-se que as propostas curriculares buscam atender as demandas educacionais por meio de “diferentes esferas exteriores à escola, incluindo grupos políticos, sociais, industriais ou financeiros, os *thinktaks*” (AKKARI, 2011, p.14), que não voltam às ações para aquela determinada realidade. Para uma melhor reflexão sobre políticas educacionais e currículo, utilizamos autores como Ball (2008), Macedo (2014), Akkari (2011).

A partir do sociólogo inglês Stephen Ball, buscou-se analisar com mais clareza os contextos que envolvem as propostas curriculares, uma vez que as política “não lhe dizem normalmente o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais a gama de opções disponíveis para decidir o que fazer são estreitas ou alteradas ou metas ou resultados particulares são definidos” (BALL, 1994, p. 19). Nesse sentido, Ball (2008) apresenta um “ciclo de políticas” constituído por cinco contextos: Contexto de Influência, Contexto da Produção de Texto, Contexto da Prática, Contexto dos Resultados e Contexto da Estratégia política. Esta pesquisa limitar-se-á ao Contexto da Prática por este incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que dos profissionais de educação, ao relacionarem os textos políticos ao ato.

Referente à abordagem da pesquisa, a escolhida foi à qualitativa, de cunho exploratório, que segundo Gonsalves (2003) é caracterizada pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, objetivando oferecer uma visão panorâmica de um determinado fenômeno. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado. Essa escolha facilitou o registro das narrativas dos entrevistados, ao captar o máximo de informações proveniente dos mesmos.

Os interlocutores foram três professores e uma coordenadora pedagógica de uma Escola Municipal, localizada no município de Bananeiras. A escolha do local como campo empírico contribuiu para reflexões sobre o objeto de estudo ao estar localizada distante dos grandes centros, configurando-se como “laboratórios sociais de experimentação das reformas” (Ball, 2008, p.1).

Desenvolvimento:

As articulações desses textos políticos com linguagens de “interesse público mais geral” (MAINARDES, 2006, p.52), são evidenciadas dentro dessa arena, ao ser o lugar que os conflitos acontecem, pela criação das “comunidades políticas” (BALL, 2012, p. 5) descentralizadas.

A partir dessas noções, questionou-se aos professores da Rede Municipal de Bananeira, sobre a existência das diferenças sociais entre seus alunos, as quais poderiam ou não dificultar o campo da implementação das propostas curriculares. Destaca-se:

Professor B	Tem uns de uma realidade bem pobre, tem o caso de alguns meninos que perderam a moradia, e outros que não se alimentam direito. Aí eu questiono os direitos de aprendizagens que tantas formações tem falado, como eu posso garantir que ela aprenda se nem um direito básico a criança tem que é se alimentar?! Então é isso.
Professor C	Eu acredito que sim, não só na questão da educação, mas como um todo, nos princípios, no incentivo a aprender.
Coordenadora	Existem aqueles que não passam por nenhuma dificuldade, e tem aqueles que chegam sem se quer tomar um café.

Nota-se as diferenças sociais, culturais e cognitivas encontradas em um único espaço escolar que dificulta a implementação de um documento tão complexo como a BNCC. Através das arenas políticas, o modelo capitalista reproduz desconformidade social com maior intensidade, uma vez que, os interesses sobrepõem aos da difusão cultural e educacional “da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz” (UNESCO, 2002, p.2). No que refere-se aos direitos de aprendizagem apontado pelo Professor B, é retratado na BNCC com o intuito de:

superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (BRASIL, 2017, p.8).

Nota-se a permanência da inexistência de um olhar específico para os problemas do Contexto da Prática, o qual poderia “criar e organizar o nosso aparelho de cultura, para habilitar as novas gerações a enfrentá-los e a resolvê-los” (MANIFESTO, 1932, p.17). No entanto, o desenvolvimento escolar está imbricado com os desníveis apresentados, que a Base Nacional Comum Curricular não contemplou em seu processo de formulação, ao impor competências e habilidades comuns a todos. Com base no Professor A: “*a escola ela quer ajudar. Bem, ela quer mais, mas a escola às vezes não tem como oferecer isso pra gente*”. Nesse sentido, não tem como um espaço municipal de ensino, minimizar o caráter precário e incoerente presente no sistema escolar sem ajuda dos que atuam no “Contexto da Influência” (BALL, 2008).

A partir dessas perspectivas, questionou-se aos entrevistados quais são os seus conhecimentos sobre a BNCC. Expõem que:

Professor A	Nesses planejamentos que a gente faz a gente sempre comenta. Isso aí eu acho que é muito importante pra gente.
Coordenadora	O conhecimento é...primeiro que a escola ainda não tem ainda o documento, então não conhecemos em profundidade. Mas, há muito a estudar.

Nota-se na narrativa dos entrevistados uma limitação quanto aos conhecimentos das propostas contidas na BNCC, uma vez que não possuem tal documento. Mesmo assim, não demonstra resistência, negação ou concordância para com essa política. Fato preocupante, visto que ao chegar as escolas as políticas deverão ser colocadas em prática e tal desconhecimento comprometerá a ação da política na escola de forma consciente, ocasionando uma “implementação”, reprodução, sem observar as diversas realidades existentes na instituição, criando um risco de não reinterpretá-las no Contexto da Prática. Nesse sentido, pode-se questionar se a escola está preparada para a

implantação da BNCC? Segundo os docentes:

Professor A	Eu acho que precisaria de mais preparação.
Professor C	A escola está se preparando assim, ao receber essas formações. Assim, falta essa questão do apoio da rede para isso.
Coordenadora	A escola está se preparando graças ao projeto da universidade que está passando para nós o conhecimento sobre ela. Acredito que umas mudanças irão favorecer e outras irão complicar a nossa vida.

Conclusão:

As propostas contidas na Base Nacional Comum Curricular, não vem de encontro com as especificidades do Contexto da Prática, uma vez que as mudanças necessárias não acontecerão pela imposição de conteúdo, habilidades e competências que devem ser desenvolvidos ao longo da Educação Básica, pois o processo formativo é amplo e complexo, envolvendo diversas questões, como a própria dinâmica de vida dos alunos, professores e gestores. Essas lacunas aparecem pelo modelo *top-down* de política, que não minimizam as diferenças sociais das regiões mais afastadas dos centros, como a desta pesquisa.

É fato que a implantação da BNCC alterará os projetos políticos pedagógicos, porém isto não garante uma melhoria na qualidade da educação, visto que as especificidades locais não foram observadas e que ainda se verifica falta de investimento em melhores salários dos docentes, condições de trabalho, formação continuada dos profissionais da educação e em infraestrutura escolar e que compromete o processo ensino aprendizagem.

Referências:

- AKKARI, Abdeljalil. Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BALL, Stephen J. *Global Education Inc.: new policy networks and the neo-liberal imaginary*. London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2012.
- BALL, Stephen J. *The education debate*. Bristol, UK: The Policy Press University of Bristol, 2008.
- BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, S.J. Some reflections on policy theory: a brief response to Hatcher and Troyna. *Journal of Education Policy*, London, v. 9, n. 2, p. 1-29. 1994a.
- BRASIL. Lei [13005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <\[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf\]\(http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf\)>. Acesso em 11 set. 2018.](#)
- BRASIL. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. 1932. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em 13 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em 15 ago. 2018
- UNESCO. Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural. Paris, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2018.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF., Diário Oficial da União, 23 dez. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 9 set. 2018.
- GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas/SP: Alínea, 2003.
- MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentido para a educação. São Paulo: Revista e-Curriculum, v. 12, n. 03, 2014.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.